

PORTARIA GP Nº 14,
de 23 de setembro de 2009

O DESEMBARGADOR FEDERAL DO TRABALHO PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

Desembargador Federal do Trabalho LUÍS CARLOS CÂNDIDO MARTINS SOTERO DA SILVA
Presidente do Tribunal

ANEXO
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2008 A AGOSTO/2009

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	765.389	2.683	768.072
Pessoal Ativo	640.554	2.425	642.979
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	0	0	0
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Adm. Direta)	5.599	349	5.948
Demais Despesas com Pessoal Ativo	634.955	2.076	637.031
Pessoal Inativo e Pensionistas	124.835	258	125.093
Outras despesas de pessoal decorrentes contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	145.389	2.626	148.015
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	5.599	349	5.948
Despesas de Exercícios Anteriores	15.608	2.048	17.656
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	124.182	229	124.411
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	620.000	57	620.057
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			423.852.829
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100	0,146277%	0,000013%	0,146291%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,219360%			929.764
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) 0,208392%			883.275

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e SECIN/TRT 15ª Região

Notas:

1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2. No item "DESPESA BRUTA COM PESSOAL - Sentenças Judiciais com Precatório" R\$ 2.642 mil referem-se a Precatórios da Administração Direta e R\$ 3.305 mil a Sentenças de Pequeno Valor, em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal, no art. 32 da Lei 11.514/2007 (LDO/2008) e no art. 29 da Lei 11.768/2008 (LDO/2009).

3. Conforme determinação contida no Acórdão nº 346/2006 Plenário do TCU não foi incluído o valor de R\$ 3.688 mil referente a "Precatórios da Administração Indireta".

4. No item "DESPESAS NÃO COMPUTADAS - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados" não foi considerado o valor de R\$ 29 mil inscrito em Restos a Pagar não Processados : 2008NE002787 para despesas de Auxílio Funeral (fonte 169); cancelado no exercício de 2009.

Cleriston Alves Santos
Ordenador de Despesas com Pessoal

Evandro Luiz Michelon
Diretor-Geral de Coordenação Administrativa

Marco Antonio Fernandes
Responsável Controle Interno

Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva
Desembargador Federal do Trabalho Presidente do Tribunal